

O problema mente-corpo e o problema mente-mente da metapsicologia: pontos de convergência entre a psicanálise freudiana e as ciências cognitivas

Richard Theisen Simanke

Universidade Federal de São Carlos

E-mail: drts@power.ufscar.br

Resumo: Da aposta freudiana na possibilidade de construção de um modelo naturalista da mente – que, entre outras coisas, possa tornar inteligível a relação entre o psíquico e o somático – resulta sua teoria do aparelho psíquico e toda a reflexão metapsicológica que em torno dela se organiza. Essa aposta traz, contudo, como conseqüência, a dificuldade aparentemente insuperável da metapsicologia em abordar satisfatoriamente a consciência nos termos do naturalismo psicológico pretendido por Freud. Desde essa perspectiva, a teoria freudiana encontra-se em situação semelhante àquela que pode ser diagnosticada hoje no campo das ciências cognitivas. Estas, tomadas em seu conjunto, consistem na retomada de um projeto naturalista para a psicologia, em que a construção dos modelos cognitivos da mente pretende ter alcançado soluções não controversas para o problema mente-corpo, ao preço de excluir de sua abordagem a experiência consciente e a dimensão subjetiva do mental, dando ensejo ao surgimento do que se pode designar como o “problema mente-mente”, segundo a expressão de Ray Jackendoff. O objetivo deste trabalho é discutir essa convergência, o alcance e as limitações de uma abordagem naturalista em psicologia, e a relativa atualidade de que a epistemologia freudiana se reveste quando considerada nesse contexto.

Palavras-chave: Freud; mente; consciência; problema mente-corpo; ciência cognitiva.

Abstract: From the Freudian bet on the possibility of constructing a naturalistic model of mind – which, among other things, could

make the relation between the somatic and the psychic intelligible – results his theory of the psychic apparatus and all the metapsychological reflection organized around it. Such a theory, however, seems to bring about to metapsychology the apparently insurmountable embarrassment in satisfactorily dealing with the consciousness in the psychological naturalistic terms intended by Freud. From this standpoint, Freudian theory resembles the same situation that can be diagnosed nowadays in the area of cognitive sciences, which, in general, comprise the retrieval of a naturalistic project for psychology where the construction of mental cognitive models purports to have accomplished non-controversial solutions for the mind-body problem in excluding from their approach the conscious experience and the mental subjective dimension, bringing about what can be called, according to Ray Jackendoff, the “mind-mind problem”. The objective of this work is to discuss such convergence, the reaching and limitations of a naturalistic approach in psychology, and the relative relevance of Freudian epistemology to the present time when considered in this context.

Key-words: Freud; mind; consciousness; mind-body problem; cognitive science.

Introdução

Não há com o que se surpreender se um investigador como Freud, que parte de uma formação neurológica e se encaminha para a formulação de uma teoria psicológica, defronte-se com o que, na filosofia da mente, se designa como o problema mente-corpo ou, mais precisamente, o problema mente-cérebro: a relação entre o mental, o corporal e o cerebral é uma questão que se coloca naturalmente para qualquer investigação psicológica, cognitiva ou neurocientífica que não a considere resolvida de antemão por alguma tomada de posição metafísica. Assim, uma interrogação sobre as relações entre o psíquico e o somático faz-se presente de forma muito precoce na obra de Freud; pode-se dizer que se converte

num dos problemas centrais – se não *no* problema central – desse estilo de reflexão sistemática sobre a natureza do mental que ele veio a denominar metapsicologia. Isso transparece, por exemplo, no fato de o conceito de *Trieb* (impulso ou pulsão) – o operador teórico privilegiado da articulação entre o mental e o corporal – ser constantemente apresentado como o conceito metapsicológico fundamental por excelência (Freud 1915a, pp. 81-2 por exemplo).

Ao mesmo tempo, Freud jamais abdicou da idéia de que a psicologia ou qualquer coisa que se apresentasse como uma ciência da mente só poderia ser legitimamente constituída no mais puro espírito das *Naturwissenschaften*, esforçando-se por aplicar conscienciosamente esse princípio no desenvolvimento da investigação e da teoria psicanalítica, bem como na própria constituição da psicanálise como disciplina (Freud 1895/1950; 1932b; 1938). Portanto, qualquer solução para o problema mente-corpo que possa advir do campo psicanalítico, tal como este era concebido por Freud, terá de ser compatível com esse naturalismo psicológico estrito, do qual o criador da psicanálise jamais transigiu, pelo menos no que diz respeito ao seu testemunho explícito. Em diversas ocasiões, Freud afirmou que o conceito psicanalítico de inconsciente era a condição sob a qual esse naturalismo psicológico poderia ser sustentado; a psicanálise se definiria, deste modo, como o projeto de uma ciência natural da mente que demarca como seu objeto o domínio dos processos psíquicos inconscientes. A hipótese de que o psiquismo é originariamente e na sua maior parte inconsciente – e é inconsciente, sobretudo, naquilo que diz respeito à determinação e às causas efetivas dos fenômenos mentais – surge assim como essencial e indispensável ao projeto naturalista freudiano.

Por outro lado, Freud igualmente reconheceu que a consciência era uma questão psicológica que não podia ser ignorada e qualquer psicologia digna deste nome deveria forçosamente comportar uma teoria da consciência (Freud 1895/1950, p. 400). A consciência é, para Freud, não apenas metodologicamente indispensável, já que é a fonte de todos os dados e observações dos quais se alimenta a investigação, mas também

fenomenologicamente irrecusável, pois possuímos dela a experiência mais próxima e imediata, de modo que o campo da pesquisa psicológica a inclui necessariamente. Contudo, essa admissão da consciência trouxe consigo problemas aparentemente insolúveis para a teoria freudiana: por um lado, seu estudo parecia colocar limites intransponíveis para o programa de naturalização do mental seguido por Freud e, por outro, uma metapsicologia da consciência, que estabelecesse suas condições de possibilidade, seu mecanismo de produção e seu modo de relação com os processos psíquicos inconscientes, nunca ultrapassou o estágio de um esboço marcado por oscilações e inconsistências. Temos, portanto, em Freud, lado a lado, o reconhecimento do problema da consciência, um esforço reiterado de abordá-lo e equacioná-lo, e o reconhecimento do estado inacabado da teoria e do caráter ainda insatisfatório dos resultados aí obtidos.

A aposta naturalista freudiana pareceu a muitos ter se tornado rapidamente anacrônica, e a metapsicologia que a sustentava não passar de um resíduo dispensável de um cientificismo ultrapassado. De uma parte, as releituras humanistas e antropológicas da psicanálise advogavam que o paradigma das ciências humanas fazia melhor justiça à originalidade da descoberta freudiana; de outra, uma crítica epistemológica de orientação neopositivista procurava demonstrar a inviabilidade da psicanálise como ciência natural. Colocada nesses termos, a alternativa que vigorou ao longo de boa parte do século 20 parecia ser aceitar o naturalismo e recusar Freud (como na crítica cientificista) ou aceitar Freud e recusar o naturalismo (como nas reinterpretações humanísticas). Não obstante, a idéia de que um programa de investigação naturalista em psicologia era viável tornou a ganhar força no último terço do século 20, na esteira do desenvolvimento das ciências cognitivas e das neurociências,¹ ao mesmo

¹ É verdade que o behaviorismo, em suas diversas versões, sustentou, ao longo do século 20, a tese da psicologia como ciência natural, com aplicação de modelos reflexológicos (Watson) ou evolucionários darwinistas (Skinner), mas sempre com a exclusão de qualquer referência ao mental propriamente dito. A psicologia pretendida pelo behaviorismo não era, portanto, estritamente falando, uma ciência da mente.

tempo em que o recrudescimento do interesse pela consciência recolocava em pauta a questão da possibilidade desse projeto naturalista abarcar também os aspectos fenomenológicos e subjetivos da mente.

O objetivo das considerações que se seguem é, primeiro, mostrar como se apresenta em Freud o problema das relações entre os processos mentais e o cérebro, por um lado, e o das relações entre a mente consciente e o psiquismo inconsciente, por outro; depois, trata-se de indicar, muito preliminarmente, como essas questões centrais da psicanálise freudiana – a naturalização da mente, o inconsciente, a relação entre o somático e o psíquico e entre o psíquico inconsciente e a consciência – reaparecem de uma forma muito semelhante nas ciências cognitivas contemporâneas e na filosofia da mente que estas comportam, fazendo com que a proposta freudiana apareça revestida de uma atualidade talvez inesperada nessa comparação e sugerindo a possibilidade de um diálogo fecundo, tanto do ponto de vista científico quanto filosófico, com as investigações e teorizações mais recentes.

Mente, cérebro e consciência na metapsicologia freudiana

A idéia central freudiana da existência de um inconsciente psíquico ativo e causalmente eficaz foi muitas vezes, para o bem ou para o mal, compreendida como uma espécie de enigma metafísico: Freud teria descoberto que a mente humana, contra todas as expectativas, incluiria toda uma dimensão para além do alcance da apreensão consciente, que ele pioneiramente teria se empenhado em investigar munido de uma metodologia especialmente constituída para esse fim. Mas nem a idéia de inconsciente era nova na filosofia, na medicina e na literatura que precederam Freud (Whyte 1960; Cazeto 2001), nem este pareceu, em nenhum momento, considerar enigmática sua hipótese: muito ao contrário, sempre se referiu ao inconsciente como um aspecto essencial da mente que se impõe com base em um conjunto de evidências clínicas e

observacionais difíceis de ignorar, atribuindo seu desconhecimento a um preconceito filosófico ou a uma convenção questionável da psicologia que identificava arbitrariamente o mental e o consciente.² De fato, Freud considerava que os processos psíquicos inconscientes que descrevia eram, em última instância, processos materiais do sistema nervoso – e do córtex cerebral em particular; não é difícil perceber que, para um neurologista, a idéia de que os processos neurais que formam a base dos fenômenos psicológicos transcorram sem consciência é perfeitamente trivial. Toda a questão, portanto, se concentra na justificativa para considerar como psíquicos pelo menos uma parte desses processos, que constituiriam então o inconsciente freudiano, uma justificativa que pudesse fazer frente às argumentações contrárias (James 1891; Brentano 1874). Em outras palavras, a tese freudiana de um inconsciente psíquico depende de uma revisão da própria definição da natureza do mental, que escape àquela identificação *a priori* com o que é acessível à consciência, sem o que, de fato, a existência do inconsciente se converteria em um enigma metafísico e sua afirmação, uma contradição em termos.

Ora, o ponto de partida de reflexão teórica freudiana consiste justamente numa revisão desse tipo. Já procuramos mostrar em outro lugar (Simanke 2006) que a monografia *Sobre a concepção das afasias* (Freud 1891) pode ser considerada o passo inaugural da metapsicologia, principalmente porque se ocupa, para além da crítica do localizacionismo da qual parte, de uma ampla redefinição do sentido do conceito de representação (*Vorstellung*), que cria as condições para que se possa atribuir-lhe a condição

² Wakefield (1992) mostra como o argumento freudiano para a existência de estados mentais inconscientes desdobra-se em três etapas, as duas primeiras sendo estritamente conceituais e apenas a terceira empírica: 1) a demonstração de que o emprego do termo mental não requer que se conceba os estados mentais como conscientes; 2) a demonstração de que a idéia de uma mente inconsciente, não estando excluída pela definição da mental, é teoricamente possível; 3) o estabelecimento de que estados mentais inconscientes realmente existem. Freud concedeu muito mais atenção para a parte empírica do argumento, o que o deixou exposto a um sem-número de críticas, mas Wakefield aponta como esta pressupõe as outras duas.

de inconsciente. Para Freud, a teoria das localizações cerebrais pressupõe não apenas uma visão atomística do psicológico – a tese de que os fenômenos psíquicos podem ser decompostos em unidades constituintes que possuem já todas as características essenciais do mental –, mas também, como consequência, uma versão atomizada do paralelismo psicofísico: o mental se decompõe em elementos psíquicos, que são, então, localizados em áreas específicas do cérebro, de modo que se impõe a idéia de que estes se encontrem armazenados nas células nervosas – unidades materiais anatômicas que se convertem assim em palco da justaposição entre o físico e o mental. A essa concepção, Freud opõe, naquele momento, uma outra versão do paralelismo obtida da obra neurológica de Hughlings Jackson: a base neural do psíquico não consistiria em localizações atômicas estáticas, mas em processos corticais dinâmicos que integrariam diversas regiões cerebrais e se fariam acompanhar, a partir de certo momento, de fenômenos de consciência. Essa concepção não rompia, evidentemente, com a identidade entre o mental e a consciência, mas trazia, como novidade, a idéia de que a organização dos processos neurais levava à produção de diferenças funcionais, de modo que o ganho de complexidade e as novas propriedades surgidas no trajeto da periferia sensorial ao córtex exprimir-se-iam no fato de que o nível mais elevado de organização nessa hierarquia de processos se fizesse acompanhar do surgimento do que reconhecemos como mental, ainda que, por hipótese, não causasse propriamente esse surgimento.

São essas idéias de uma estrutura hierárquica e dinâmica de processos nervosos, bem como do surgimento de novas significações funcionais e de novas propriedades em cada nível mais evoluído de organização, que serão aproveitadas por Freud no ensaio crítico de 1891 na formulação de sua concepção da representação – inicialmente das representações da linguagem, que estão mais diretamente em questão quando se trata de explicar as afasias. Freud descreve aí a representação de palavra como um complexo associativo heterogêneo, constituído ao longo do desenvolvimento, que inclui elementos sensoriais auditivos, visuais e motores, que

se organizam dinamicamente para constituir aquilo que psicologicamente aparece como a unidade da linguagem (a palavra). Nesse movimento, ele recusa enfaticamente o princípio implícito no localizacionismo – de que o simples psicológico deve corresponder a algo igualmente simples do ponto de vista neural. Não existe um centro da linguagem, cujas células contivessem as representações de palavra elementares, argumenta Freud, porque a linguagem, evidentemente, não possui um *sensorium* próprio: os elementos sensoriais que a constituem são sons, imagens e sensações de movimento como as outras, que só dão origem a uma palavra quando associados entre si de uma determinada maneira e quando referidos a uma representação de objeto que lhes confere originariamente seu significado, a qual, por sua vez, é um complexo associativo semelhante, constituído segundo os mesmos princípios. Ao dissolver a diferença entre localização e associação, afirmando que nada chega ao córtex sem se associar imediatamente, Freud abre caminho para atribuir à associação um papel constitutivo na gênese da representação: esta não mais se forma mediante um processo passivo, em que a informação sensorial é inscrita no córtex sob a forma de átomos de sensação interpretados pela percepção interna da consciência para dar origem aos elementos da representação, mas por um processo associativo dinâmico que integra uma série de eventos corticais, eles mesmos desprovidos de propriedades psicológicas, as quais só surgem como uma função da própria organização do sistema de processos assim formado, e não do somatório das propriedades dos elementos, que teriam, então, de ser necessariamente de natureza psíquica desde o início. Assim, embora Freud ainda subscreva, em 1891, uma versão não-atomística do paralelismo psicofísico – e, portanto, como ele próprio reconhece, a identidade entre o mental e o consciente –, a reflexão aí desenvolvida já reúne as condições para se despojar a consciência do papel de condição de possibilidade da existência do psíquico e, com isso, de *a priori* absoluto de toda psicologia, deixando de concebê-la como essa espécie de olhar interior que transforma o neural no representacional. Em outras palavras, encontra-se aberto o caminho para o abandono do paralelismo e para a formulação

do conceito de um psiquismo inconsciente; o conceito de representação que assim toma forma surge como o próprio ponto de articulação entre o cerebral e o mental.

Do *Projeto de uma psicologia* em diante, Freud passa a designar como psíquicos e inconscientes – ou seja, como representações – aqueles processos corticais que, em 1891, ainda eram considerados os concomitantes neurais do psíquico. Sem ser possível reconstituir aqui o percurso da noção de inconsciente em Freud (ver Caropreso 2003 e 2005), discutamos apenas suas conseqüências e o tipo de problemática que estabelece. Em primeiro lugar, o inconsciente aparece como uma espécie de *psíquico em si*, cujo modo de manifestação seria justamente a consciência: Freud reconhece, já no *Projeto...*, que a consciência é o lado subjetivo e qualitativo de *uma parte* dos processos nervosos que constituem a mente inconsciente. Freud vai, cada vez mais, elaborando e sofisticando essa concepção, passando a falar de uma hierarquia de processos mentais inconscientes que se escalam entre a recepção de estímulos internos e externos, num extremo, e a consciência, no outro. O esquema hierarquizado de Jackson é transposto, assim, para o interior do psíquico: o material representacional é sucessivamente representado em diversos sistemas de traços mnêmicos caracterizados por princípios de organização distintos, até que o último deles – o pré-consciente, organizado segundo relações verbais, ou seja, segundo as relações que as representações de palavras, que representam as de objeto, estabelecem entre si – torna a consciência possível (Freud 1900; 1896), embora a passagem dessa consciência potencial para a consciência atual permaneça, como veremos, problemática. Esta estrutura intrapsíquica de níveis de organização progressivos, que corresponde globalmente à atividade nervosa do córtex, mas para a qual nenhuma localização anatômica precisa é estabelecida, configura o que Freud denomina *aparelho psíquico*.

O que justifica que se considerem psíquicos esses processos nervosos que subjazem ao que surge à consciência?³ O argumento básico de Freud é a possibilidade da descrição desses processos inferidos pela observação dos fenômenos conscientes – principalmente, de um conjunto dos mesmos que permite visualizar mais claramente a determinação inconsciente, como os sonhos, lapsos e sintomas –, utilizando as categorias da psicologia da consciência. Por um lado, ele constata que a elaboração de uma teoria neurológica da mente, que era sua pretensão inicial, é impossibilitada pela precariedade do conhecimento disponível sobre o cérebro; por outro, que o método psicanalítico oferece oportunidades de observação psicológica promissoras. Ele opta, então, por construir sua teoria da mente pelo lado da pesquisa psicológica, operando *como se* se tratasse apenas de psicologia (Freud 1898, p. 327); a neuropsicologia pretendida se converte em uma metapsicologia, isto é, em uma psicologia do inconsciente, cuja natureza e cujas leis são inferidas pela observação e construídas através da elaboração conceitual. A idéia é que esse inconsciente admite uma descrição por meio de todas as categorias utilizadas para descrever os fenômenos conscientes, exceto, evidentemente, a categoria da consciência. Pode-se, assim, falar de intenções, desejos e crenças inconscientes para se referir a esses processos sem que se entre em nenhuma espécie de contradição: admitir que um desejo ou uma crença possam não ser conscientemente reconhecidos como tais parece melhor que vincular, por convenção, essas categorias ao atributo da consciência, o que exigiria que se falasse em uma consciência inconsciente, aí sim incorrendo-se numa clara contradição em termos. Assim, na concepção freudiana sobre a natureza do psíquico, a diferença

³ Não é possível discutir aqui se Freud sempre considerou os processos psíquicos – sobretudo os inconscientes – como processos nervosos e sua descrição exclusivamente psicológica como provisória. São numerosas as referências a esse respeito em diversos momentos da obra. Mencionemos apenas, para exemplificar: Freud 1905, pp. 140-1; 1913, p. 181; 1914, pp. 45-6; 1915b, p. 133; 1917, p. 354, até a derradeira manifestação, no *Esboço de psicanálise*, da qual ainda falaremos a seguir. Um exame mais detalhado dessa questão está reservado para um trabalho ainda em preparação (Simanke e Caropreso 2006).

entre o mental e o cerebral repousaria numa diferença funcional, como já transparecia desde a formulação inicial de sua teoria da representação, como se viu anteriormente: o mental seria aquele conjunto de propriedades que são exclusivas do nível mais elevado e complexo de organização da atividade nervosa, que surge em função dessa mesma organização e é característico dela e que, metodologicamente falando, admite uma descrição psicológica nos termos ordinariamente utilizados para descrever os fenômenos conscientes, com exceção do próprio atributo da consciência, e podem, assim, ser considerados simultaneamente mentais e inconscientes, sem contradição aparente. Essa conjunção, portanto, entre uma concepção funcional do psiquismo e o reconhecimento da possibilidade de níveis de descrição distintos para a atividade nervosa superior, que culminam na descrição psicológica – isto é, na sua descrição *exclusivamente* funcional, sem referência a sua instanciação neural, como requer o conceito de aparelho psíquico –, parece ser o que confere consistência à tese freudiana da existência de um inconsciente mental e representacional.

Essa teoria, por sua vez, permite pensar, do ponto de vista metapsicológico, a relação entre o somático e o psíquico – em outras palavras, o problema mente-corpo. A própria doutrina da representação que toma forma muito precocemente no ensaio sobre as afasias presta-se a esse fim, na medida em que a representação – o fato psicológico por excelência para Freud – é definida como um processo cortical dinâmico e global, cujos elementos não são eles mesmos de natureza representacional, apenas adquirindo essa propriedade quando organizados e integrados no complexo associativo que a constitui. Com o desenvolvimento do *corpus* metapsicológico, Freud passou a atribuir ao conceito de pulsão a função de articular o somático e o psíquico, mas a própria pulsão foi definida em estreita relação com a concepção freudiana da representação, como o representante psíquico dos estímulos somáticos, ficando claro que essa delegação do somático no interior do psíquico se dava pela via da representação (ver, por exemplo, o conceito de *Vorstellungsrepräsentanz*, tal como aparece nos artigos metapsicológicos de 1915). Em outras palavras, a metapsicologia e

a concepção sobre a natureza do mental que dela emerge parecem oferecer uma via satisfatória para a abordagem do problema mente-corpo, tornando essa articulação, pelo menos, concebível em princípio, teoricamente abordável e acessível à elaboração conceitual.

Contudo, a formulação da teoria do inconsciente introduz, de imediato, o problema da relação entre os processos psíquicos que o constituem e a experiência consciente. O problema se desloca, assim, da relação entre mente e corpo (ou cérebro) para o da relação entre o psíquico em si inconsciente e a consciência. O inconsciente é apresentado como um conceito capaz de obturar a lacuna entre o corporal e o mental – o *missing link*, como Freud a ele se refere em sua correspondência com Groddeck⁴ –, e o aparelho psíquico, como o construto teórico que se insere entre o anatômico e o consciente, preenchendo esse vazio que se estende entre aqueles dois extremos do conhecimento psicológico (Freud 1938, p. 143). Mas essa lacuna só seria completamente ocupada se fosse resolvido o problema da relação entre a consciência e o inconsciente – em outras palavras, entre o qualitativo e o quantitativo –, problema que, de uma ponta a outra de sua obra, Freud reconhece como ainda em aberto, restando um certo paralelismo a ser superado, não mais entre mente e cérebro, mas entre a mente (inconsciente) e a consciência. Assim, no *Projeto de psicologia*, ele afirma:

Somente através de tais suposições complicadas e pouco intuitivas foi-me até então possível inserir os fenômenos da consciência na estrutura da psicologia quantitativa. *Uma explicação de como processos de excitação nos neurônios “trazem consigo a consciência não é naturalmente para ser tentada.* Trata-se apenas de equiparar as propriedades da consciência conhecidas por nós com os *processos de alteração paralela nos neurônios*”. (Freud 1895/1950, p. 403; os itálicos são nossos)

⁴ “Certamente o inconsciente é a mediação correta entre o corporal e o psíquico, talvez o *‘missing link’* que vem faltando há tanto tempo” (carta de Freud a Groddeck de 05.06.1917, apud Bourguignon 1991, p. 117).

Enquanto que, no *Esboço de psicanálise*, Freud se refere ao:

[...] fato da consciência, fato sem comparação, *que desafia toda tentativa de explicá-lo e descrevê-lo*. [...] No entanto, há um acordo geral de que esses processos conscientes não formam séries sem lacunas, fechadas em si mesmas, de modo que não haveria outro expediente a não ser adotar a suposição de certos processos físicos ou somáticos *concomitantes ao psíquico*, aos quais parece necessário atribuir uma perfeição maior que às séries psíquicas, pois *alguns deles têm processos conscientes paralelos* e outros não. Isso sugere de uma maneira natural pôr a ênfase, em psicologia, sobre esses *processos somáticos*, reconhecer neles o *psíquico genuíno* e buscar uma *apreciação diversa para os processos conscientes*. (Freud 1938, p. 155; os itálicos são nossos)

Para sintetizar, podemos dizer, então, que o referencial metapsicológico oferece os instrumentos para a resolução de uma parte do problema mente-corpo – aquela que diz respeito ao psíquico inconsciente em sua relação com a neurofisiologia do cérebro –, mas demonstra-se ineficaz, pelo menos no estágio de elaboração que atingiu na obra de Freud, para oferecer uma solução para a questão de como o corporal e o cerebral articulam-se com a dimensão consciente, experiencial, subjetiva da mente, ainda que introduza entre os dois aquela parte dos processos representacionais do cérebro que pode ser considerada o psíquico inconsciente. Essa mediação reparte o problema mente-corpo, por assim dizer, em duas etapas, das quais a primeira (a relação entre o cerebral e os processos mentais inconscientes) aparece adequadamente enquadrada teoricamente, enquanto a segunda (o nexos entre o inconsciente psíquico e a consciência) permanece inabordável, muito embora o problema se encontre cabalmente reconhecido em Freud, assim como a necessidade de um dia oferecer-lhe uma solução. Na continuidade, procurar-se-á mostrar que o programa contemporâneo e interdisciplinar de investigação naturalista do mental que se costuma designar globalmente como ciências cognitivas retoma essas questões praticamente no estado em que Freud as deixou ao fim de sua obra e em termos às vezes surpreendentemente semelhantes.

O inconsciente cognitivo e a mente fenomenológica

A idéia de uma mente inconsciente e, mais especificamente, de uma representação inconsciente é tudo menos um tabu para a investigação psicológica contemporânea e para as ciências cognitivas em particular, a tal ponto que, apenas recentemente, se estabeleceu nesse campo a idéia de que uma teoria geral da mente deve ser também, obrigatoriamente, uma teoria da consciência. Trataremos, então, de indicar brevemente: 1) como se pode caracterizar globalmente o programa de pesquisa das ciências cognitivas, 2) qual o lugar que aí assume o conceito de inconsciente e 3) quais as dificuldades que se colocam para uma abordagem da consciência segundo esses parâmetros.⁵ A seguir, será esboçada uma aproximação entre esses tópicos e a posição freudiana resumida anteriormente.

Em poucas palavras, as diversas abordagens dentro das ciências cognitivas (computacional, conexionista, enativa) assumem, por princípio, a atitude naturalista e pretendem, em primeiro lugar, estudar o comportamento dos organismos, sem renunciar – como faz o behaviorismo, por exemplo – a incluir em sua análise os processos internos desses organismos, sobretudo, evidentemente, os processos nervosos. Em segundo lugar, consideram que esses processos internos consistem fundamentalmente em processamento de informação, seja lá como for que as diversas abordagens mencionadas anteriormente o concebam – é esse tópico que faz da cognição o objeto privilegiado de investigação nesse campo. Em terceiro lugar, reconhecem que há diversos níveis de descrição e explicação desses processos que ensejam o comportamento cognitivo, o nível mais básico e concreto sendo biológico, enquanto no nível mais abstrato a explicação seria exclusivamente funcional.⁶ Em quarto lugar – e esse é um ponto es-

⁵ O que se segue, baseia-se principalmente em Roy et al. (1999), visão de conjunto do problema que deve bastar para nossos propósitos.

⁶ “Uma definição é funcional quando não diz sobre o *definiendum* nada a não ser o que ele faz e, conseqüentemente, não diz nada a respeito da sua composição” (Roy et. al. 1999, p. 5).

sencial –, as ciências cognitivas assimilam esse nível puramente funcional de explicação ao nível psicológico, considerando que não há diferenças de fundo entre uma explicação puramente funcional do processamento de informação responsável pelo comportamento cognitivo e sua explicação em termos mentais. Por último, em consequência disso tudo, reivindicam a descoberta de uma solução materialista e não-controversa quanto ao essencial para o problema mente-corpo: como as definições funcionais são ontologicamente neutras, as entidades mentais postuladas no nível mais elevado e abstrato de explicação não precisam ser consideradas substancialmente diferentes dos processos biológicos descritos ou postulados para o nível mais básico. A mente não é algo que se acrescenta ao material, mas algo que se obtém por subtração, quando se descreve funcionalmente o processamento de informação envolvido no comportamento cognitivo sem referência à sua instanciação corporal ou cerebral: “uma mente cognitiva é aquilo com o que um cérebro incorporado se parece quando contemplado por uma janela funcional” (Roy et. al. 1999, p. 5).

Uma consequência importante, pelo menos para o que nos interessa mais de perto aqui, é que o programa de investigação naturalista do mental pautado por esses princípios não tem dificuldades para admitir a existência de uma mente inconsciente: pelo contrário, seu *parti pris* naturalista e a diretriz metodológica de rejeitar evidências não-comportamentais na abordagem da cognição levaram as ciências cognitivas, durante longo tempo, a considerar as entidades mentais postuladas como estritamente teóricas e deixar de fora os aspectos subjetivos da mente ou, em outras palavras, os *fenômenos* mentais propriamente ditos, o que teve como consequência o reconhecimento implícito ou explícito de que o processamento de informação visado pela pesquisa pode ocorrer na ausência de uma apreensão consciente do mesmo e que, portanto, o agente do comportamento cognitivo estudado pode não estar consciente da totalidade do que se define como mental e, muito menos, consciente do mental tal como ele realmente é. Como se define e justifica então esse “inconsciente cognitivo”?

Embora existam modelos da mente cognitiva que procurem escapar ao paradigma representacional – o modelo enativo-incorporado, por exemplo (Roy et. al. 1999, p. 6) –, ainda é predominante, dentro das ciências cognitivas, a concepção de que a mente é um conjunto de estados cerebrais que se distinguem pela sua *intencionalidade*, ou seja, pelo fato de conterem uma referência a algo que lhes é exterior, um objeto ou estado de coisas real, ideal, virtual ou simplesmente possível que é visado por esse estado (uma crença, um desejo, uma idéia, etc.) e que, portanto, é por ele, nesse sentido, *representado*. Se a intencionalidade e a representacionalidade são entendidas como características distintivas do que se entende por mental, então não parece haver obstáculos para que se conceba que estados mentais possam ser inconscientes:

Em suma, representações mentais referem-se a objetos fora de si mesmas e aparecem assim como dotadas de significado, o que confere plausibilidade à reivindicação de que elas sejam mentais, e a representacionalidade parece ser potencialmente independente da consciência, porque uma estrutura representacional pode ser instanciada no tecido cerebral mesmo quando fora da consciência, assim como ela é instanciada sem consciência em outros tipos de estruturas físicas, tais como uma sentença em um livro ou uma pintura em uma arcada. Se esses argumentos são bem-sucedidos, em última instância, eles têm, *prima facie*, um forte apelo e compõem um caso defensável para a possibilidade de estados mentais inconscientes que convenceu muitos outros teóricos da intencionalidade. (Wakefield 1992, p. 80)

Não é difícil encontrar evidências para a disseminação da idéia de uma mente inconsciente nessa área da investigação psicológica. Para Seager (2001, p. 4), a idéia central da ciência cognitiva moderna é que “a mente é, em essência, um campo de representações [...], algumas conscientes, a maioria inconsciente, sobre as quais opera uma grande variedade de processos cognitivos”. Mandler (1988) considera que a suposição da dominância dos processos inconscientes na explicação do pensamento e da ação é o que distingue a psicologia cognitiva contemporânea das psicologias do século 19. Güzeldere (1999) aponta para a existência de um grande volume de pesquisas na psicologia cognitiva contemporânea

voltada para a natureza do inconsciente, ou seja, para os processos mentais subjacentes à cognição que não são eles mesmos conscientes, de modo que “a classificação dos processos mentais em conscientes *versus* não-conscientes é útil e não incomum (embora controversa) na prática psicológica” (ibid., p. 20). Essa partição reaparece sob diversas formas: inconsciente *versus* consciente, processual *versus* declarativo, automático *versus* controlado, reflexo *versus* reflexivo, etc. (Holyhoak e Spellman, apud Güzeldere 1999, p. 21). Enfim, Johnson-Lair (apud Güzeldere 1999, p. 18) considera que “a divisão entre processos conscientes e inconscientes é a melhor chave disponível para a estrutura da mente”.⁷

A centralidade que a noção de inconsciente aí adquiriu, no entanto, acabou, durante certo tempo, colocando de lado o próprio problema da consciência, como se a psicologia naturalizada pretendida pelas ciências cognitivas pudesse se dispensar da abordagem dos aspectos subjetivos e qualitativos do mental, ou seja, daquilo que, em seu conjunto, podemos denominar a *mente fenomenológica*. A necessidade e, ao mesmo tempo, a dificuldade (ou, segundo algumas versões, a impossibilidade) de se estabelecer o nexos entre os modelos naturalizados do mental construídos pelas ciências cognitivas e os dados fenomenológicos foi apontado por Nagel (1970) e canonicamente batizado por Levine (1983) como o problema ou argumento da lacuna explicativa (*explanatory gap*) – numa palavra, a idéia de que há uma lacuna a ser preenchida entre a visão da mente tal como evidenciada pelos dados comportamentais e aquela que é salientada pelos dados fenomenológicos da experiência consciente. Em suma, trata-se de apontar que um projeto de naturalização do mental que deixe de fora a consciência é um projeto incompleto – se provisória ou definitivamente, é uma questão ainda aberta à discussão. As conseqüências dessa situação para a reivindicação dos teóricos da cognição de terem oferecido uma solução não-controversa para o problema mente-corpo é exemplarmente

⁷ Para uma seleção de estudos sobre esse tema, ver Stein 1997.

sumarizada por Jackendoff (1987).⁸ Para ele, três termos têm de ser levados em consideração: o cérebro, a mente cognitiva e a mente fenomenológica. A conclusão é que, ainda que seja verdade que a ciência cognitiva resolveu satisfatoriamente o problema mente-corpo, na medida em que ela deixa de fora a consciência (como afirma o argumento da lacuna explicativa), isso significa que a resolução do problema mente-corpo cognitivo (o da relação entre o cérebro e os modelos cognitivos da mente) deu-se às custas da criação de um novo problema: o da relação da mente cognitiva com os aspectos subjetivos e qualitativos do mental, ou seja, a mente fenomenológica. Surge assim o que o autor denomina “problema mente-mente”, trazendo como conseqüência que “a emergência do problema mente-mente necessariamente implica que o problema mente-corpo não foi, de fato, inteiramente resolvido” (Roy et al. 1999, p. 9), mas, de certa forma, tão-somente deslocado da fronteira entre o cérebro e a mente, onde era anteriormente situado (desde Descartes, pelo menos), para a fronteira entre a mente cognitiva constituída por processos em si inconscientes (o inconsciente cognitivo de que se falou anteriormente) e mente fenomenológica, ou seja, o domínio do mental tal como ele é conscientemente vivido ou experienciado por um sujeito.

A naturalização do mental e a lacuna explicativa na psicanálise freudiana

Vimos como, ao longo do desenvolvimento inicial de suas idéias, Freud foi levado a renunciar provisoriamente à formulação de uma teoria estritamente neurológica da mente e concentrar-se nas investigações psicológicas, as quais se exprimiriam, metapsicologicamente, na sua teoria do aparelho psíquico, que veio a substituir o “aparelho de neurônios” proposto

⁸ Este autor refere-se especificamente ao modelo computacional da mente. Para uma generalização de seu esquema para os demais modelos cognitivos, ver Roy et al. 1999, pp. 8-9.

anteriormente. Ao mesmo tempo, Freud trabalhara, desde o ensaio sobre as afasias de 1891, com uma concepção funcional do psiquismo que lhe permitiria, na seqüência, abandonar o paralelismo psicofísico assumido inicialmente. Comparando sua situação com a das ciências cognitivas contemporâneas, esboçada anteriormente, pode-se dizer que Freud teve de se restringir àquele nível mais abstrato e “psicológico” de descrição dos processos mentais, ou seja, ao nível em que as descrições são exclusivamente funcionais, na medida em que a descrição em termos neurobiológicos do nível mais básico não estava ao seu alcance devido a um conhecimento do cérebro insuficiente para o cumprimento do projeto original. Desde esse ponto de vista, a teoria do aparelho psíquico pode ser considerada um modelo naturalista da mente, que descreve funcionalmente os processos cuja suposição é necessária para dar conta dos dados da observação psicológica – observando-se que o conceito de *aparelho* em Freud sempre significou uma descrição de processos e não de estruturas ou lugares anatômicos e, tampouco, de conteúdos. Esses processos são concebidos como sendo, em última instância, neurofisiológicos, ainda que a descrição deles nesses termos seja postergada para o futuro. Como Freud afirmou no *Esboço de psicanálise*, trata-se de uma construção teórica destinada a preencher o vazio de conhecimento que se estende entre a anatomia do cérebro e a experiência consciente, sem o qual não é possível estabelecer sua relação. Esses processos são, por definição, inconscientes, e a teoria do inconsciente é, como se sabe, a marca registrada da psicanálise.

Assim, não apenas a tese de que há diversos níveis de descrição para a atividade cerebral – dos quais o mais abstrato e exclusivamente funcional se identificaria com o nível psicológico – é compartilhada entre Freud e as ciências cognitivas, mas também a de que a maior parte dessa atividade, incluindo aquela cujos atributos intencionais e representacionais permite caracterizá-la como mental, estaria excluída da possibilidade de ser percebida ou experienciada conscientemente. É claro que esse inconsciente cognitivo não pode ser, sem mais nem menos, assimilado ao inconsciente freudiano. Contudo, compartilha com este a sua origem numa tomada de

posição naturalista que, recusando para o mental quaisquer propriedades que não possam ser postas em continuidade com aquelas aceitas pelas ciências da natureza, é levado a identificá-lo, em última instância, com os processos físicos que ocorrem no cérebro, mesmo admitindo que outros níveis de descrição são epistemológica e metodologicamente possíveis. Além disso, o inconsciente freudiano e o inconsciente das ciências cognitivas têm em comum o papel de determinante dos processos mentais tal como estes se deixam observar pela consciência, abrindo caminho para que se fale de uma causalidade psicológica – ou de um determinismo psíquico – em um sentido que não seja exclusivamente metafórico. Algumas diferenças, contudo, precisam ser levadas em conta. Güzeldere, por exemplo, observa que, para além das semelhanças constatadas, há uma distinção fundamental:

O inconsciente freudiano, embora relacionado, não tem o mesmo sentido de inconsciência empregado na pesquisa atual da psicologia cognitiva voltada para os processos inconscientes – o “inconsciente cognitivo”. [...] O inconsciente freudiano existe por causa de acontecimentos passados, explicáveis por mecanismos de repressão e outros semelhantes, e não é inacessível em princípio. O inconsciente cognitivo, por outro lado, existe devido ao modo como nosso sistema perceptual-cognitivo está constituído e permanece em princípio fora de nosso alcance. (Güzeldere 1999, p. 20)

No entanto, mesmo com relação a isso, cabe observar que essa objeção vale tão-somente para o inconsciente *reprimido* freudiano – para os conteúdos excluídos da consciência por processos dinamicamente motivados – e que Freud jamais reduziu a este último a sua concepção do inconsciente; ao contrário, a idéia da existência de um inconsciente *originário* estava implícita desde os primórdios da teoria e era implicada pela própria concepção freudiana sobre a natureza do psíquico, tendo cada vez mais se imposto ao longo do desenvolvimento da obra, de modo que, nos últimos modelos freudianos do aparelho psíquico, o reprimido aparece com sua extensão muito bem delimitada e restringida (Freud 1915b, p. 125;

1923, p. 293; 1932a, p. 73). Além disso, Freud sempre insistiu em uma distinção formal entre os processos acessíveis e não-acessíveis à consciência, a qual se expressa nos conceitos de processo primário e processo secundário formulados desde 1895, deixando claro que, às condições dinâmicas para o acesso à consciência, das quais a superação da repressão é apenas uma entre outras (como o sobreinvestimento de atenção, a ligação das quantidades de excitação, etc.), acrescentam-se condições temporais, formais (o vínculo com a linguagem e com a percepção, por exemplo), bem como outras relativas à própria natureza e origem do material representacional envolvido. Shevrin, por exemplo, observa que os cientistas cognitivos, muitas vezes sem percebê-lo, trabalham com o conceito de inconsciente num sentido mais literalmente freudiano que os próprios psicanalistas, principalmente ao reconhecerem que “o inconsciente tem um espectro mais amplo do que o reprimido. Eles têm explorado ativamente a extensa região para além do reprimido, com algumas conseqüências interessantes para a compreensão do inconsciente” (Shevrin 1992, p. 314).⁹

Por fim, encontramos em Freud a mesma conseqüência da naturalização do mental e do reconhecimento concomitante do inconsciente que pode ser diagnosticada no campo das ciências cognitivas: a dificuldade – ou, na pior das hipóteses, a impossibilidade – de incluir a experiência consciente em sua abordagem, que Freud reconheceu, como vimos, de ponta a ponta de sua obra (o fato de um dos artigos metapsicológicos abandonados versar também sobre a consciência é igualmente significativo). Se Freud considerava essa lacuna explicativa de sua metapsicologia provisória ou definitiva é ainda uma questão em aberto, mas, de qualquer

⁹ Uma outra diferença que poderia ser apontada é que o inconsciente freudiano é muito mais um inconsciente afetivo e pulsional do que cognitivo, mas dentro das próprias ciências cognitivas, das neurociências e da filosofia da mente, já se reconhece que o mental não se resume à cognição e que, mesmo o estudo desta última, nas suas dimensões conscientes e inconscientes, pode ser distorcido pela falta de referência às emoções e às afecções corporais (Damásio 2000; Johnson 1987). Quanto à dimensão cognitiva das elaborações freudianas, ver, por exemplo, Erdelyi (1985) e Bucci (1997).

forma, na conclusão de sua obra, ele não parecia ter muita idéia da “outra abordagem” que deveria ser reservada para os fenômenos de consciência. Talvez se possa dizer, assim, que a ciência cognitiva contemporânea – provavelmente o mais bem-sucedido programa de constituição de uma teoria psicológica em bases naturalistas – reencontra o problema mais ou menos nas mesmas condições em que Freud o deixou ao fim de sua obra: tendo em mãos um modelo naturalizado da mente inconsciente que se reconhece como uma solução viável para o problema mente-corpo – aos modelos cognitivos da mente computacional, conexionista ou enativa, poderíamos acrescentar a teoria freudiana do aparelho psíquico – e com o desafio pela frente de tornar inteligível a relação entre essa mente inconsciente e a experiência consciente que o sujeito psicológico dela pode obter. Na medida em que não recusa a necessidade de explicar a consciência, temos em Freud um reconhecimento precoce do que Jackendoff chamou de problema mente-mente, o que, justaposto à sua aposta naturalista intransigentemente mantida, confere atualidade à sua metapsicologia e aponta para a fecundidade das tentativas de diálogo com as tendências contemporâneas que apenas recentemente estão sendo estabelecidas.

Referências

- Bourguignon, André 1991: *O conceito de renegação em Freud*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Brentano, Franz 1874: *Psychology from an empirical standpoint*. New York, Humanities Press, 1973.
- Bucci, Wilma 1997: *Psychoanalysis and cognitive science: a multiple code theory*. New York, Guilford Press.
- Caropreso, Fátima 2003: “As origens do conceito de inconsciente psíquico na teoria freudiana”. *Natureza humana*, v. 5, n. 2, pp. 329-50.

- Caropreso, Fátima 2005: "A elaboração da concepção sistemática do inconsciente na primeira tópica freudiana". *Fragmentos de cultura*, v. 15, n. 6. pp. 997-1014.
- Cazeto, Sidnei J. 2001: *A constituição do inconsciente em práticas clínicas na França do século XIX*. São Paulo, Escuta.
- Damáso, António 2000: *O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Erdelyi, Matthew 1985: *Psychoanalysis: Freud's cognitive psychology*. New York, Freeman.
- Freud, Sigmund 1891: *Zur Auffassung der Aphasien: eine kritische Studie*. Frankfurt/M, Fischer, 1992.
- _____ 1895/1950: "Entwurf einer Psychologie". In: *Gesammelte Werke. Nachtragsband*. Frankfurt/M, Fischer, 1987, pp. 387-477.
- _____ 1896: "Fragmentos de la correspondencia con Fliess. Carta 52". In: *Obras completas*. v. 1. 2. ed. Buenos Aires, Amorrortu, 1997, pp. 274-80.
- _____ 1898: "Carta de 22.09.1898". In: Masson, Jeffrey M. (ed.) 1986: *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)*. Rio de Janeiro, Imago.
- _____ 1900: "Die Traumdeutung". In: *Studienausgabe*. Band II. Frankfurt/M, Fischer, 1982.
- _____ 1905: "El chiste y su relación con lo inconsciente". In: *Obras completas*. v. VIII. 2. ed. Buenos Aires, Amorrortu, 1997.
- _____ 1913: "El interés por el psicoanálisis". In: *Obras completas*. v. XIII. 2. ed. Buenos Aires, Amorrortu, 1997, pp. 165-92.
- _____ 1914: "Zur Einführung des Narzissmus". In: *Studienausgabe. Psychologie des Unbewußten*. Band III. Frankfurt/M, Fischer, 1982, pp. 37-68.
- _____ 1915a: Triebe und Triebesicksale. In: *Studienausgabe. Psychologie des Unbewusstes*. Band III. Frankfurt/M, Fischer, 1982, pp. 75-102.
- _____ 1915b: "Das Unbewusste". In: *Studienausgabe. Psychologie des Unbewusstes*. Band III. Frankfurt/M, Fischer, 1982, pp. 119-73.

- Freud, Sigmund 1917: "Conferencias de introducción al psicoanálisis. 24a. Conferencia: El estado neurótico común". In: *Obras completas*. v. XVI. 2. ed. Buenos Aires, Amorrortu, 1997, pp. 344-356.
- ____ 1923: "Das Ich und das Es". In: *Studienausgabe. Psychologie des Unbewussten*. Band III. Frankfurt/M, Fischer, 1982, pp. 273-330.
- ____ 1932a: "Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. 31a. Conferencia: La decomposición de la personalidad psíquica". In: *Obras completas*. v. XXII. 2. ed. Buenos Aires, Amorrortu, 1997, pp. 53-74.
- ____ 1932b: "Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. 35a. Conferencia: En torno de una cosmovisión". In: *Obras completas*. v. XXII. 2. ed. Buenos Aires, Amorrortu, 1997, pp. 146-68.
- ____ 1938: "Esquema del psicoanálisis". In: *Obras completas*. v. XXIII. 2. ed. Buenos Aires, Amorrortu, 1997, pp. 133-209.
- Güzeldere, Güven 1999: "The many faces of consciousness: a field guide". In: Block, Ned; Flanagan, Owen e Güzeldere, Güven (eds.) 1999: *The nature of consciousness: philosophical debates*. Cambridge, The MIT Press, pp. 1-67.
- Jackendoff, Ray 1987: *Consciousness and the computational mind*. Cambridge, The MIT Press.
- James, William 1891: *Principles of psychology*. v. 53. Coll. Great Books of Western World. London, Britannica, 1952.
- Johnson, Mark 1987: *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago/London, University of Chicago Press.
- Levine, Joseph 1983: "Materialism and qualia: the explanatory gap". *Pacific Philosophical Quarterly*, n. 64, pp. 354-61.
- Mandler, George 1988: "Problems and directions in the study of consciousness". In: Horowitz, Mardi J. (ed.) 1988: *Psychodynamics and cognition*. Chicago, University of Chicago Press, pp. 21-45.

- Nagel, Thomas 1970: "What is like to be a bat?". In: Ned Block, Ned; Flanagan, Owen e Güzeldere, Güven (eds.) 1999: *The nature of consciousness: philosophical debates*. Cambridge, The MIT Press, pp. 519-27.
- Roy, Jean-Michel et al. 1999: "Beyond the gap: an introduction to naturalizing Phenomenology". In: Petitot, Jean et al. (eds.) 1999: *Naturalizing phenomenology: issues in contemporary phenomenology and cognitive science*. Stanford/California, Stanford University Press, pp. 1-82.
- Seager, William 2001: *Theories of consciousness: an introduction and assessment*. London/New York, Routledge.
- Shevrin, Howard 1992: "The Freudian unconscious and the cognitive unconscious: identical or fraternal twins". In: Barron, James; Eagle, Morris N. e Wolitzky, David L. (eds.) 1992: *Interface of psychoanalysis and psychology*. Washington, American Psychological Association, pp. 313-26.
- Simanke, Richard T. 2006: "Cérebro, percepção e linguagem: elementos para uma metapsicologia da representação em *Sobre a concepção das afasias* (1891) de Freud". *Discurso*, n. 36 (no prelo).
- Simanke, Richard e Caropreso, Fátima 2006: *A metáfora psicológica de Sigmund Freud*. Manuscrito em preparação.
- Stein, Dan J. (ed.) 1997: *Cognitive science and the unconscious*. Washington, American Psychiatric Press.
- Wakefield, Jerome C. 1992: "Freud and cognitive psychology: the conceptual Interface". In: Barron, James; Eagle, Morris N. e Wolitzky, David L. (eds.) 1992: *Interface of psychoanalysis and psychology*. Washington, American Psychological Association, pp. 77-98.
- Whyte, Lancelot L. 1960: *The unconscious before Freud*. New York, Basic Books.